

01250.052645/2019-67



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas
Termo de Execução Descentralizada SEFAE/N.º

14.001500/2019

DADOS DA UNIDADE RECEBEDORA

1. COD. UNID. GESTORA 254420	2. Cód. GESTÃO 25201	3. CNPJ 33.781.055/0001-35	4. RAZÃO SOCIAL FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ
5. ENDEREÇO Av. Brasil n 4.365		6. BAIRRO OU DISTRITO Manguinhos	7. MUNICÍPIO Rio de Janeiro
8. UF RJ	9. CEP 21045-900	10. DDD 21	11. TELEFONE 3885-1616
		12. FAX	13. E-mail presidencia@fiocruz.br

REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE RECEBEDORA

14. CPF 425.005.407-15	15. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL Nísia Verônica Trindade Lima		
16. ENDEREÇO Avenida Brasil 4.365		17. BAIRRO OU DISTRITO Manguinhos	18. MUNICÍPIO Rio de Janeiro
19. UF RJ	20. CEP 21045-900	21. DDD 21	22. TELEFONE 3885-1616
		23. FAX	24. E-MAIL presidencia@fiocruz.br
25. Nº DA IDENTIDADE 037949451	26. DATA DA EMISSÃO 27/01/1982	27. ÓRGÃO EXPEDIDOR IFP	28. MATRÍCULA 0463842
29. CARGO Presidente			

DADOS DA UNIDADE REPASSADORA

30. Cód. UNID. GESTORA 240.119	31. Cód. DA GESTÃO 00001	32. CNPJ 01.263.896/0028-84	33. RAZÃO SOCIAL Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas SEFAE/MCTIC
34. ENDEREÇO Esplanada dos Ministérios Bloco E – 2º andar do MCTIC		35. BAIRRO OU DISTRITO Zona Cívico-Administrativa	36. MUNICÍPIO Brasília
37. UF DF	38. CEP 70067-900	39. DDD 61	40. TELEFONE 2033-8128/8015
		41. FAX 2033-7766	42. E-MAIL sefae@mctic.gov.br

REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE REPASSADORA

43. CPF 145.800.728-63	44. NOME DO REPRESENTANTE LEGAL MARCELO MARCOS MORALES		
45. ENDEREÇO Esplanada dos Ministérios Bloco E – 2º andar		46. BAIRRO OU DISTRITO Zona Cívico-Administrativa	47. MUNICÍPIO Brasília
48. UF DF	49. CEP 70067-900	50. DDD 61	51. TELEFONE 2033-8128/8015
		52. FAX 2033-7766	53. E-MAIL sefae@mctic.gov.br
54. Nº DA IDENTIDADE 210975298	55. DATA DA EMISSÃO 02/12/2011	56. ÓRGÃO EXPEDIDOR SSP/RJ	57. MATRÍCULA 1285284
58. CARGO Secretário da Secretaria de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do MCTIC			

OBJETO E JUSTIFICATIVA DA DESCENTRALIZAÇÃO DO CRÉDITO

59. IDENTIFICAÇÃO (TÍTULO/OBJETO DA DESPESA)
 Avaliação do Impacto na Saúde em Comunidades Escolares Beneficiadas pelo Programa Água Atmosférica.

60.

60.1 - OBJETIVO GERAL

O objetivo geral é avaliar o impacto na saúde de comunidades escolares beneficiadas pelo Programa Água Atmosférica (PAA) no Semiárido Brasileiro.

60.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Desenvolver, validar e disseminar a metodologia de Avaliação do Impacto na Saúde (AIS), considerando a saúde de maneira integral;
2. Gerar uma estratégia de divulgação sobre o PAA;
3. Realizar o diagnóstico preliminar e acompanhar a implantação do equipamento do PAA nas comunidades escolares beneficiadas pelo Programa PAA;
4. Avaliar a efetividade do equipamento e a percepção sobre a melhoria da saúde da comunidade;
5. Analisar e consolidar os resultados para publicação do relatório final;
6. Preparar e produzir cartilha;
7. Produzir material didático /pedagógico – formato vídeo

60.3 - RESULTADOS ESPERADOS

- Ampliação da Saúde da comunidade escolar;
- Ampliar a percepção de benefícios gerados por uma ação de saneamento;
- Maior compreensão da relação Saneamento e Saúde;
- Obtenção de dados efetivos sobre os ganhos do PAA;
- Ampliação da capacitação no uso e divulgação da metodologia AIS Integral;
- Monitoramento da melhoria de saúde humana e ambiental com a implantação do PAA;
- Redução de gastos com doenças relacionadas ao uso da água.

60.4 - METAS:

Meta 1– Desenvolvimento, validação e disseminação da metodologia AIS;

Meta 2 – Elaboração da estratégia de divulgação do Programa Água Atmosférica (Metodologia AIS e Equipamento PAA);

Meta 3 – Realização do diagnóstico preliminar da qualidade da água e da saúde dos escolares e acompanhamento da implantação do PAA;

Meta 4 – Avaliação parcial e final da efetividade do equipamento e da percepção da comunidade escolar sobre a melhoria da saúde;

Meta 5 – Consolidação das análises e preparação do material didático visando relatório final.

Meta 6 – Produção de material didático/pedagógico – formato cartilha

Meta 7 – Produção de material didático/pedagógico – formato vídeo

60.5 – PÚBLICO ALVO



Comunidades escolares de municípios do semiárido brasileiro; população que se enquadra em critérios de segurança hídrica - exposição à seca e critérios de saúde - ocorrência de doenças, domicílios inadequados e qualidade da água.

60.6 - EXPERIÊNCIA E ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO NA EXECUÇÃO DE PROJETOS NA ÁREA E CAPACIDADE DE EXECUÇÃO:

O Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental (DSSA), da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), atua há 65 anos no ensino, pesquisa e prestação de serviços no campo do Saneamento, Saúde Ambiental e áreas afins; capacitando profissionais, brasileiros e estrangeiros, tanto em nível de pós graduação Lato sensu quanto Stricto sensu, para atuar e gerar ações que contribuam para a melhoria contínua do quadro sanitário do país, nas esferas federal, estadual e municipal. Seu fundador, Professor Dr. Szachna Eliaz Cynamon, na área de abastecimento de água, fez adaptações de parâmetros de projeto (concessões técnicas) e publicou, em 1967, o trabalho “Sugestões de Normas Provisórias para Elaboração e Apresentação de Projetos de Pequenos Sistemas de Abastecimento de Água”. Também foi o introdutor do filtro de arenito artificial, que tinha o formato de chapéu de escoteiro invertido e foi apelidado de chapéu mexicano (Kligerman, 1995). No mesmo ano, na área de esgotamento, desenvolveu a privada higiênica com fossa de fermentação, aplicável como solução ao meio rural. Em 1969, desenvolveu o “Sistema Não Convencional de Esgotos a Custo Reduzido”, propondo nova abordagem para o esgotamento sanitário que reduz custo em até 80% do sistema convencional (Cynamon, 1980; Kligerman, 1995). Também foi o mentor da primeira patente tecnológica da FIOCRUZ em tratamento de esgoto. Desde a época do Professor Cynamon, o DSSA atuava em oficina de saneamento, espaço para o desenvolvimento e testes pilotos de tratamento de esgoto, de água e de resíduos sólidos. O DSSA foi, também, o responsável pelo desenvolvimento de pesquisa inédita sobre a produção de óxido nitroso, gás de efeito estufa, em estações de tratamento de esgoto e rios poluídos, que forneceu informações para o banco de dados do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) (Brotto et al., 2015). O DSSA possui um Laboratório de Experimentação em Saneamento Ambiental (LESA), de 200 m², que funciona em espaço anexo à estação de tratamento de esgoto da FIOCRUZ (ETE-FIOCRUZ), onde realiza o desenvolvimento de processos de tratamento de esgotos em escala de bancada e piloto.

O Departamento também atua na área de serviços, com três laboratórios que pertencem à Plataforma de Laboratórios da FIOCRUZ: laboratório físico-químico (análises de água e efluentes), laboratório de Microbiologia com espaço também para análises de Biologia Molecular e laboratório de Química Analítica para análises de micro poluentes como o benzeno e metais tóxicos. O Departamento também possui uma vasta experiência em trabalhos de extensão. Desde 1993, tem atuado em projetos sociais, como o “Projeto Articulado de Melhoria da Qualidade de Vida – Universidade Aberta” que deu origem a uma cooperativa de trabalhadores em Manguinhos (COOTRAM). Em 2005, o Ministério da Saúde por meio da Fundação Oswaldo Cruz, a partir do trabalho dos profissionais do DSSA; e em parceria com os Ministérios da Educação, do Meio Ambiente, das Cidades e da Integração Nacional; juntamente com a Caixa Econômica Federal, lançou o Programa Nacional de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento (PEAMSS). Devido a sua experiência, o DSSA propõe o Programa Água Atmosférica (PAA), além da avaliação da saúde da comunidade escolar beneficiada com a instalação dos equipamentos para fornecimento de água potável. Para tanto, estamos propondo uma alternativa ao modelo de Corvalan, conhecido pela sigla FPEEEA- Força Motriz, Pressão, Estado, Exposição, Efeito e Ação; estruturado em uma cadeia de causa e efeito para avaliar o impacto na saúde de alguma ação de saneamento (Brasil, 2004, Corvalan, 1996). Esse modelo vê “saúde” como “ausência de doença”. Deseja-se, nesse projeto, propor uma metodologia que avalie “saúde” de forma “integral” (Brasil, 1986), observando as diferentes dimensões que compõem a “saúde”: sanitária, ambiental, tecnológica, mental, sociocultural, econômica e epidemiológica; e que serão utilizadas na avaliação do impacto na saúde das comunidades escolares beneficiadas por esse projeto. A equipe executora será composta por especialistas na área de saneamento e saúde ambiental, e o Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental possui outros especialistas com as seguintes formações: engenharia civil, sanitária,

química, elétrica e mecânica, arquitetura, biologia, economia, direito, farmácia, oceanografia e geografia. O DSSA conta com vinte pesquisadores, e também, três laboratórios: Físico-química, Microbiologia e Química Analítica com pessoal técnico de laboratório com larga experiência. Também tem um centro de experimentação de 200 m2 na estação de tratamento de esgoto da FIOCRUZ para realização de protótipos e experimentos de tratamento de esgoto. Esse espaço é utilizado por alunos da especialização, mestrado e doutorado.					
61. UG/GESTÃO REPASSADORA 240119/00001			62. UG/GESTÃO RECEBEDORA		
63. JUSTIFICATIVA (MOTIVAÇÃO/CLIENTELA) O Brasil, apesar da posição privilegiada no mundo em relação à disponibilidade de recursos hídricos, enfrenta graves problemas hídricos, especialmente na região do semiárido brasileiro, o que torna o acesso à água potável de qualidade um grande desafio na região. Trata-se de uma população de 26 milhões de habitantes, onde cerca de 9,6 milhões estão na zona rural. O semiárido brasileiro possui baixa disponibilidade hídrica superficial, baixo potencial hidrológico e um meio ambiente salino, onde 70% dos poços apresentam água salobra ou salina. As mudanças de clima tenderão a aumentar os problemas de clima, isto é, aumentarão a frequência e a intensidade das secas, reduzirá a disponibilidade de recursos hídricos, dificultando ainda mais a vida das pessoas, especialmente dos grupos mais vulneráveis. Se o acesso à água é desigual, a maior escassez de água exacerbará esta desigualdade. O Nordeste só possui 3% da água doce do país, e as mudanças climáticas estão trazendo severos impactos para essa região, que é caracterizada pela pobreza de boa parte da população urbana e rural a qual vem sofrendo repetidos transtornos climáticos como secas prolongadas. O problema é global, tanto que a ONU estabeleceu como um dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) o de número 6, Água Potável e Saneamento, o qual possui como meta principal alcançar até 2030 o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos. O Governo Federal, responsável pela Política Nacional de Recursos Hídricos, necessita intervir para garantir acesso a água de qualidade a todos brasileiros. Para tal, diferentes opções tecnológicas em diferentes contextos devem ser testadas e avaliadas.					
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA					
64. PROGRAMA DE TRABALHO 19.571.2021.215L.0001 R\$ 932.433,26		65. AÇÃO ORÇAMENTÁRIA/TÍTULO 215L - Fomento à Pesquisa e ao Desenvolvimento em Áreas Estratégicas PO: 0000 – PTRES: 109547		66. FONTE 017898	
67. CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO					
68. NATUREZA DE DESPESA	69. TÍTULO DA NATUREZA DE DESPESA	70. EXERCÍCIO (S)			
		2019	2020	TOTAL	
33.90.39	Serviço de Pessoa Jurídica	R\$ 485.552,34	R\$ 432.433,26	R\$ 932.433,26	
	Material Permanente	R\$ 14.447,66			
TOTAL		R\$ 500.000,00	R\$ 432.433,26	R\$ 932.433,26	
71. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO					
ETAPA/META	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
		UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO
1	Desenvolvimento, validação e disseminação da metodologia AIS	Atividade	5	Mês 1	Mês 1
2	Elaboração da estratégia de divulgação do Programa Água Atmosférica (Metodologia AIS e Equipamento PAA)	Atividade	6	Mês 2	Mês 2
3	Realização do diagnóstico preliminar da qualidade da água e da saúde dos escolares e acompanhamento da implantação do PAA	Atividade	6	Mês 3	Mês 3
4	Avaliação parcial e final da efetividade do equipamento e da percepção da comunidade escolar sobre a melhoria da saúde	Atividade	5	Mês 4	Mês 5

5	Elaboração de relatório parcial e final e preparação dos produtos	Atividade	3	Mês 6	Mês 10
6	Produção de material didático/pedagógico – formato cartilha	Atividade	2	Mês 11	Mês 15
7	Produção de material didático/pedagógico – formato vídeo	Atividade	2	Mês 16	Mês 18

72. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO (R\$ 1,00)

73. Nº PARCELA	74. MÊS DE LIBERAÇÃO	75. VALOR
01	Mês 1	R\$ 93.243,33
02	Mês 2	R\$ 234.837,14
03	Mês 3	R\$ 169.303,68
04	Mês 5	R\$193.159,68
05	Mês 10	R\$ 134.927,68
06	Mês 15	R\$ 95.088,00
07	Mês 18	R\$ 11.648,00

76. PRAZO PARA O CUMPRIMENTO DO OBJETO/VIGÊNCIA

10/2019 À 03/2021

77. RELAÇÕES ENTRE AS PARTES

I - Integra este termo, o Plano de Trabalho, cujos dados ali contidos acatam os partícipes e comprometem-se a cumprir, sujeitando-se às normas de Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, Decreto nº 93.872/1986 e o de nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011.

II - Constituem obrigações da DESCENTRALIZADORA:

a) efetuar a transferência do Recurso Orçamentário previsto para a execução deste Termo, na forma estabelecida no Detalhamento dos Recursos e Cronogramas contidos no Plano de Trabalho;

b) efetuar a liberação do Recurso Financeiro, após a comprovação, pela Unidade Receptora, do empenhamento da despesa;

c) acompanhar o objeto do presente Termo de Descentralização através do Relatório de Cumprimento de Objeto;

d) analisar o Relatório de Cumprimento do Objeto do presente Termo.

III - Constituem obrigações da DESCENTRALIZADA:

a) promover a execução do objeto do Termo na forma e prazos estabelecidos no Plano de Trabalho;

b) solicitar a liberação do recurso financeiro, mediante comprovação de liquidação da despesa;

c) aplicar os recursos discriminados exclusivamente na consecução do objeto deste Termo;

d) informar, antecipadamente, à Unidade Repassadora a execução de despesas com TI, já incluídas no PDTI da Unidade Receptora;

e) permitir e facilitar a Unidade Repassadora o acesso a toda documentação, dependências e locais do projeto;

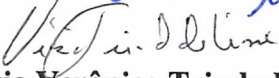
f) manter a Unidade Repassadora informada sobre quaisquer eventos que dificultem ou interrompam o curso normal de execução do Termo;

g) devolver os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados, bem como os recursos financeiros não utilizados, conforme norma de encerramento do correspondente exercício financeiro;

h) a prestação de contas dos créditos descentralizados deverão integrar as contas anuais do Órgão Receptor a serem apresentadas aos Órgãos de controle interno e externo, conforme normas vigentes;

i) apresentar o Relatório de Cumprimento de Objeto pactuado, até 60 (sessenta) dias após o término do prazo para cumprimento do objeto estabelecido no Termo.

72. ASSINATURAS

Rio de Janeiro – RJ, 24 de setembro de 2019  Nísia Verônica Trindade Lima Presidente Fiocruz	Brasília – DF, 29 de setembro de 2019  MARCELO MARCOS MORAES Secretário de Políticas para Formação e Ações Estratégicas do MCTIC
--	---

NÍSIA TRINDADE LIMA
Presidente
Fundação Oswaldo Cruz
SIAPE: 0463842